

Milliet aceita fechar acordo de médio prazo

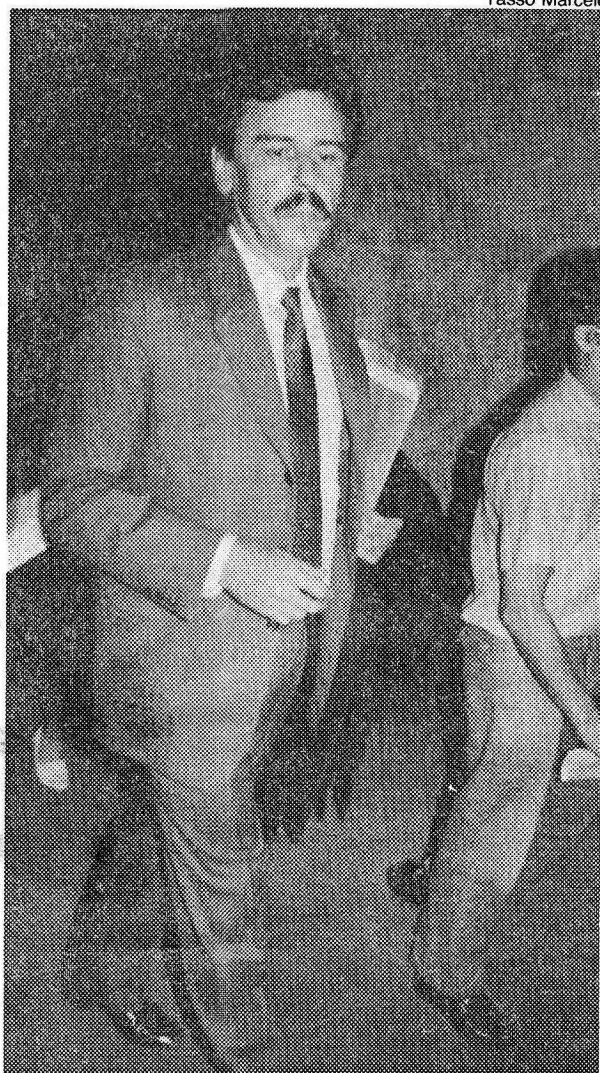
Tasso Marcelo

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, embarcou ontem para Nova Iorque, com um dia de atraso, acreditando na possibilidade de fechamento de um acordo num "prazo razoavelmente rápido", mesmo que isso implique no refinanciamento de médio prazo apenas dos juros a vencer ao longo desse ano. Milliet também admitiu que a retomada do pagamento dos juros a vencer a partir de janeiro, antes condicionado ao fechamento de um acordo de longo prazo, será objeto de negociação com os bancos credores privados.

O presidente do Banco Central acabou embarcando para Nova Iorque somente no final da noite de ontem, embora a viagem estivesse programada para domingo à noite. Problemas técnicos com o avião acabaram transferindo o voo para as 12 horas de ontem, mas Milliet preferiu fazer a viagem à noite, para aproveitar a tarde em contatos telefônicos com o resto da missão, que já está em Nova Iorque. Depois de passar o dia na sede do Rio do Banco Central, Fernando Milliet recusou-se a entrar em detalhes sobre o andamento das negociações.

Ele admitiu que o governo está analisando a possibilidade de modificar a legislação de conversão da dívida externa em capital de risco para facilitar as negociações com os credores. A intenção seria desvincular a conversão da troca da dívida brasileira por bônus. "Nós vamos estudar a hipótese, mas no momento não temos nenhuma orientação para dar sobre essa questão", disse Milliet.

Fernando Milliet anunciou apenas que o Brasil já depositou mais US\$ 120 milhões 200 mil completando a primeira fase do acordo provisório com os bancos credores. No final do ano passado, fora depositado um total de US\$ 357 milhões, relativos aos juros vencidos entre 1º de outubro e 15 de dezembro, tendo como contrapartida um depósito de US\$ 715 milhões 600 mil por parte dos credores. A parcela depositada agora completa US\$ 477



Milliet: embarque com um dia de atraso

milhões 200 mil (os credores totalizaram um depósito de US\$ 956 milhões) e fecha a primeira parte do acordo provisório quitando os juros vencidos na última quinzena de dezembro. Até junho, o Brasil depositará mais US\$ 1 bilhão e os credores mais US\$ 2 bilhões, integralizando os juros vencidos ao longo de 87.

Além de não mais condicionar a retomada dos pagamentos relativos a 1988 ao acordo de longo prazo (com financiamento dos juros de 1988 e 1989), Millier não acredita na hipótese de reclassificação (rebaixamento) da dívida junto aos bancos privados.